

A LIVRARIA DE D. DUARTE (1433-1438) E SEUS LIVROS EM *LINGUAGEM*

THE D. DUARTE LIBRARY (1433-1438) AND ITS BOOKS ON LINGUAGEM

Carolina Chaves FERRO*

Resumo: D. Duarte (1433-1438) reinou apenas cinco anos, mas deixou um importante legado: a ampliação da cultura letrada em Portugal. Esta foi uma das estratégias da Dinastia de Avis para legitimar sua corte e sua linhagem como aqueles que fariam o reino crescer em importância econômica, política e cultural. Neste sentido, a propagação das traduções foi um dos instrumentos utilizados para que as obras escritas alcançassem um número maior de pessoas, notadamente os nobres. Este artigo pretende apontar o início da língua vulgar em Portugal Medieval focando, principalmente, no rei D. Duarte, um dos grandes incentivadores da produção e guarda de livros no período, demonstrando a importância dessas obras para a consolidação de uma nova nobreza que ascendeu ao poder.

Palavras-chave: D. Duarte; Portugal Medieval; Livros; Biblioteca; Português.

Abstract: D. Duarte (1433-1438) reigned only five years, but he left an important legacy: the expansion of literacy in Portugal. That was one of the strategies of the Avis Dynasty to legitimize his court and his lineage as those that would make the kingdom grow in economic, political and cultural importance. In this sense, the spread of the translations was one of the instruments used for the books reached a larger number of people, especially the nobles. This article pretends to show the beginning of the vernacular in Medieval Portugal, focusing mainly on the king D. Duarte, one of the supporters of the production and custody of books in the period, demonstrating the importance of these Works for the consolidation of a new nobility who came to power.

Keywords: D. Duarte; Medieval Portugal; Books; Library; Portuguese.

O galego-português ou a língua vulgar portuguesa nasce junto com o reino. Durante quase toda Idade Média, o latim era a língua dos letrados e dos religiosos, mas cada região ou localidade tinha o seu idioma comum, da comunicação diária que era, na maioria das vezes, oral. O português escrito não nasce em grandes tratados técnicos, do direito ou em produções da Igreja. Ele aparece na poesia, gênero literário próximo da corte, do cotidiano, das reuniões onde se cantava os feitos dos grandes homens. Este artigo pretende mostrar, brevemente, como surgiram as primeiras produções em língua vulgar no Reino Português, culminando com o reinado e a livraria de D. Duarte,

* Mestre e Doutora pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense – UFF – Niterói-RJ – Brasil. Professora no Centro Universitário Carioca – UNICARIOCA - e na AVM Faculdade Integrada / Universidade Cândido Mendes - UCM, editora assistente das publicações do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – AGCRJ - e Coordenadora de Pesquisa da Revista de História da Biblioteca Nacional - RHBN. E-mail: carolina.ferro@gmail.com

monarca que incentivou e ensinou a fazer traduções, disseminando o uso do português no reino como parte de um projeto de fortalecimento cultural e político da dinastia avizina e da nova corte que ascendeu ao poder.

Os primórdios da língua vulgar em Portugal

Os indícios mais antigos sobre produções escritas em língua vernácula em Portugal datam do século XII. Segundo Ana Maria Martins (2007), esse português era incipiente e escrito em formato de poesia. O marco inicial do século XII deve-se ao “nascimento” do reino com a chegada ao poder de seu primeiro monarca, D. Afonso I (ou D. Afonso Henriques). Inclusive, o tema central deste material era sua história, suas conquistas e feitos.

As épicas castelhanas foram a inspiração para redigir, em Coimbra, este primeiro conjunto de canções. A primeira dinastia constituída, a de Borgonha, tinha como prática cotidiana em sua corte, a existência de jograis cujas principais influências eram os reinos espanhol e francês. Pouco a pouco, esta prática cultural se propagou, tendo alcançado homens letrados, homens da alta nobreza e religiosos que passaram a escrever algumas dessas canções.

Ainda que as primeiras trovas em língua vulgar tenham aparecido antes de 1200, este ano é reconhecido pela maioria dos historiadores do livro como aquele no qual apareceu a primeira obra escrita em português. Feita por João Soares de Paiva (ou de Pávia), sua produção só pode ser identificada graças a três conjuntos de trovas que chegaram à contemporaneidade; o Cancioneiro da Ajuda, o Cancioneiro da Vaticana e o Cancioneiro da Biblioteca Nacional (de Portugal).

Contudo, o rei da Dinastia Borgonhesa que mais incentivou o desenvolvimento cultural do reino foi, sem dúvida, D. Dinis (1261-1325). Filho de D. Afonso III e da rainha D. Beatriz de Castela, era também neto de D. Afonso X de Castela, um dos monarcas mais cultos de seu tempo¹. D. Dinis segue o exemplo do avô e ele próprio produz, em galego-português, um conjunto grandioso de cantigas, das quais 138 chegaram até nós. Além disso, segundo José Augusto Pizarro (2005), foi a partir de seu reinado que os documentos oficiais do reino passaram a ser escritos em língua vulgar. Este fato, de extrema importância para a história cultural e administrativa do reino deu um impulso na produção de obras com características próprias portuguesas.

Além de produzir suas próprias obras, D. Dinis incentivou a escrita e a tradução em seu tempo. Proporcionou a confecção de um “Livro da Alveitaria” e de um “Tratado das Enfermidades das Aves de Caça”, por seu físico mestre Geraldo (ambos em português) e mandou traduzir a “Crônica do Mouro Rasis”, as “Sete Partidas” (conjunto de leis do rei D. Afonso X), dentre outros exemplares. O ápice do desenvolvimento cultural em seu reinado foi a criação da universidade portuguesa (entre 1288 e 1290), instituição que existe até hoje com o nome de Universidade de Coimbra.

O filho bastardo deste rei, D. Pedro de Barcelos, escreveu o quarto livro de linhagens que ficou conhecido como “Nobiliário do Conde D. Pedro de Barcelos”, além da “Crônica Geral de Espanha de 1344”. Também produziu um cancionero trovadoresco que, segundo Maria do Rosário Ferreira (2010) foi responsável pela “preservação do acervo poético de manifestação lírica cortês galego-portuguesa”. Sobre esta matéria ainda, é importante salientar que o exemplar que temos disponível da “Crônica de 1344” está em castelhano. Contudo, segundo afirmam Diego Catalán e Maria Soledad de Andrés (1970), esta obra teria sido originalmente escrita em português.

Outras obras foram traduzidas para língua vulgar, no mesmo período, a pedido de nobres abastados, de membros da família real e outros senhores. Um dos gêneros mais apreciados, por exemplo, era a novela de cavalaria, especialmente as do círculo arturiano que pouco a pouco ganharam sua versão do inglês e do francês para o português.

Ainda dentro da família real Borgonhesa, um pouco mais tarde, o rei D. Fernando (1367-1383) pediria a Pêro Menino que fizesse um “Livro da Falcoaria²”, uma obra de caráter veterinário que aborda, principalmente, aspectos relacionados às doenças das aves de rapina e dos seus tratamentos médico e cirúrgico.

Como é possível observar, não houve grandes preocupações com a língua vulgar e com a cultura escrita nesta primeira fase da história portuguesa, ainda que seja de sua importância chamar atenção para este período devido ao aparecimento das primeiras versões escritas em português vulgar. Isto se deve à grande quantidade de nobres iletrados e a um ideal de nobreza baseado em primeiro lugar na guerra. A cultura letrada, neste período, estava mais restrita aos mosteiros. Basta observar a produção dos *scriptoria* de Santa Maria de Alcobaça e de Santa Cruz de Coimbra, além do tamanho de suas bibliotecas³.

Sendo assim, foi durante a primeira dinastia portuguesa que a língua vulgar começou a ser utilizada, inclusive nos documentos oficiais da governança. Contudo, como veremos, é com a ascensão da Dinastia de Avis que a língua vulgar passa a ocupar outro *status*.

A Dinastia de Avis e a língua portuguesa

Foi no reinado do primeiro monarca de Avis, D. João I, que a língua vulgar iniciou um novo paradigma. Tanto o rei como seus filhos incentivaram a produção de obras em português. Dentre os objetivos implícitos, estavam a propagação da história do reino e da legitimação da nova dinastia. Escrever em língua vulgar e não em latim significava que a obra teria um alcance muito maior, tanto entre os letrados como entre os iletrados, tendo em vista que as obras em português eram mais facilmente lidas em voz alta para que os ouvintes apreciassem seu conteúdo.

Um dos maiores exemplos de escrita em português para legitimar a dinastia é a produção de Fernão Lopes (1380-1460⁴) (MONTEIRO, [s/d]). Em 1418, Lopes foi nomeado guardador-mor da Torre do Tombo (local de guarda de toda a documentação administrativa do reino português), além de escrivão dos livros de D. Duarte (ainda infante) e do próprio D. João I. Em 1422 tornou-se escrivão da puridade do infante D. Fernando e, anos mais tarde, virou tabelião geral do reino. Mas, foi como cronista que Fernão Lopes ficou conhecido. Lopes foi responsável pela produção da “Crônica de D. João I” (primeira e segunda parte), a “Crônica de D. Pedro” (oitavo rei português), a “Crônica de D. Fernando”, a “Crônica de 1419”, dentre outras obras.

Não cabe aqui detalhar cada uma das complexas produções de Fernão Lopes. Contudo, é importante lembrar o seu caráter mais primordial, o de deixar registrado um passado glorioso e que serviria de exemplo aos próximos reinos e aos demais nobres. A nova produção – das histórias dos reis e seus reinados – representou uma ruptura com a tradição cronística peninsular, aquela que pensava os reinos espanhóis e o reino português como pertencentes a uma mesma história (como no caso da crônica de D. Pedro de Barcelos).

Segundo Antonio José Saraiva e Oscar Lopes (1985), Fernão Lopes pode ser considerado o primeiro cronista português, pois foi a partir dele que se construiu uma perspectiva portuguesa sobre o passado. Neste sentido, Lopes funda a história de

Portugal através da legitimação da nova Dinastia de Avis, e isto jamais seria possível se não fosse feito em língua vulgar.

Mas para além de Lopes, D. João I promoveu outras iniciativas que colocaram a língua vulgar em outro patamar. Uma delas foi a intensificação das traduções. O primeiro monarca de Avis mandou traduzir a bíblia e outras obras religiosas e teológicas⁵.

Numa passagem da biografia de D. João I, Maria Helena Coelho (2005, p. 339) sintetiza a preocupação com a formação cultural da corte avisina que se inicia com D. João I. No trecho, a autora salienta a importância da cultura letrada e das traduções para os propósitos dinásticos e para a propagação de um ideal de nobre que se pretendia no reino: “(...) buscou-se a acessibilidade de obras vertidas na língua materna, aquela que dava aos homens a plena compreensão do saber, tocando a razão e os sentidos, e só assim capaz de moldar os comportamentos”.

A leitura na corte podia ser realizada tanto de forma individual, como coletiva. Mesmo os nobres não letrados passaram a ter acesso às traduções promovidas pelo monarca através da leitura em voz alta de hagiografias, de romances de cavalaria, de passagens bíblicas. Tanto textos religiosos como profanos eram aproveitados nestes momentos para utilizar o tempo do ócio e torná-lo produtivo, pois um bom livro sempre acrescentaria em virtudes àquele que o lê, como afirma D. Duarte no "Leal Conselheiro".

D. João I, como já salientado, teria iniciado o processo de tradução de obras. Sabe-se que ele mandou traduzir os "Atos dos apóstolos", os "Evangelhos" e as "Epístolas de São Paulo" - todos do novo testamento. Extremamente religioso e devoto ao culto mariano que era muito forte naquele período, mandou "trasladar" as "Horas de Nossa Senhora", lidas com frequência como forma de reafirmar sua fé e de propagar os ideais da Igreja para as damas que as ouviam. Também mandou traduzir alguns salmos certos para finados, com o objetivo de auxiliar no culto aos mortos.

A sabedoria demonstrada na arte da caça e na capacidade de fazer um livro para a sua nova nobreza também pode ser considerada uma forma de legitimação tanto da nova dinastia, como desses novos nobres que alcançaram o *status* de primeiro escalão. Esta pretensão é vista no "Livro da Montaria" escrito, provavelmente, entre 1415 e 1433, ou seja, no final da vida de D. João I. Este rei era um grande amante da caça, dedicando um tempo precioso a esta arte. Na obra, o autor fala sobre diversos temas ligados à caça feita por nobres, desde como selecionar o melhor porco, até o

cuidado com as vestimentas utilizadas, como montar o cavalo, como matar o animal e como selecionar e alimentar desde pequeno os cães que lhe auxiliariam na caçada, dentre outros assuntos. Não cabe aqui detalhar o conteúdo da obra, mas é importante ressaltar que a caça era uma prática que se exigia do nobre. Ela não era somente um exercício de entretenimento, mas sim um treinamento paramilitar de cavaleiros, especialmente em períodos de paz. Para que os membros da nobreza tivessem acesso completo e irrestrito à obra escrita pelo rei, ela, obviamente, teria que ser escrita em linguagem vulgar.

Com a morte de D. João I, seus filhos perpetuaram seus ideais de cultura. A “Ínclita geração”, era composta por príncipes letrados e cultos que compreendiam a importância da produção em língua vulgar e das traduções de obras consideradas singulares no período para o engrandecimento da corte e do reino.

Este foi o caso, principalmente, do infante D. Pedro (1392-1449). O segundo filho de D. João I foi produtor de obras muito importantes para o período, sendo a maior parte de seu conteúdo traduzido. Destacam-se as traduções do "Livro dos Ofícios", de Marco Túlio Cícero e "A Virtuosa Benfeitoria", baseada, em sua maioria, na obra "De Beneficiis", de Sêneca.

A primeira obra, *O livro dos ofícios*, encontrada na livraria de D. Duarte e exposta a autoria da tradução, possui grande importância para a história do livro em Portugal. Ela é considerada, segundo Joseph Piel (1948), a primeira obra traduzida na íntegra para o português. Trata-se de um tratado filosófico baseado no original latino *De Officiis*, de Marco Túlio Cícero, que disserta sobre quais seriam as obrigações do homem, sobretudo daqueles que governam. A obra teria sido um presente do infante D. Fernando para D. Pedro. Este, influenciado por seus irmãos e por acreditar na importância da mesma resolveu traduzi-la e oferecê-la a D. Duarte. Na tradução, o infante salienta que essa prática é primordial para o desenvolvimento da cultura letrada em Portugal, tendo em vista que nem todos os portugueses "virtuosos" saberiam ler em latim:

E esguardando eu como todo o bem quanto a mais presta tanto he melhor, e nom embargando que o latim na christandade he mais geeral que o portugues, em Portugal esta linguoagem he mais geeral que o latim, por aproveitar aos portugueses amadores de virtude que nom som ou ao diante nom forem latinados⁶

A tradução respeita bastante o original que era dividido em três livros. A liberdade de D. Pedro ficou na criação de títulos para cada um dos capítulos e para as seções da obra, além de incluir a dedicatória a D. Duarte;

Segundo Saul Antonio Gomes (2010), o ato de traduzir para os príncipes avisinos não significou apenas transformar o que estava em latim para o português. Para o autor, este era um ato de sublime amor pelas letras além de um serviço à "república", para que mais leitores do reino tivessem acesso às obras latinas.

Foi o que ocorreu com mais erudição na obra composta por D. Pedro denominada "O livro da virtuosa benfeitoria". A obra foi baseada, em sua maioria no tratado de Sêneca - *De Beneficiis* -, mas também há partes da obra de Cícero - *De Officiis* - ensinamentos de moral cristã vindos da Bíblia e de outros religiosos que escreveram sobre a temática, além de autores como Aristóteles, Egidio Romano, João de Salisbury e João de Gales.

Sobre esta obra, é importante salientar que ela não foi composta apenas pelo infante. Ele teve ajuda do frei dominicano João de Verba que auxiliou D. Pedro a adaptar a moral de Sêneca aos preceitos cristãos. Segundo Luis Afonso Ferreira (2007), talvez tenha sido em nome desta adaptação para a moral cristã que o autor precisou acrescentar outros autores no texto original. Contudo, esta afirmação não se sustenta se observarmos a primeira tradução respeitosa do livro de Cícero, sem intervenções de autores cristãos, além de outras obras que o infante pediu para traduzirem.

Foi o caso, por exemplo, do livro "De Amicitia", de Cícero, cuja versão para o português foi feita pelo prior do Mosteiro de São Jorge a pedido do Infante D. Pedro para que encaminhasse ao rei D. Duarte. Isto está documentado em uma carta enviada pelo irmão do rei no dia 7 de janeiro de 1434 e que foi copiada no *Livro dos Conselhos*. É importante notar que esta obra não se encontra na listagem da livraria de D. Duarte, apesar de claramente ter pertencido a esse rei.

Muy alto e muyto excelente príncipe e muyto poderoso senhor. O portador da presente leva a vosa merçe o lyvro que mandastes tornar em esta lyngoaJem do prior de sam Jorge o qual foy muyto detheudo em tornar por a minha partida de coymbra e por as festas que se seguyrom, a vosa merçe praza de o aver por perdoado.

Eu corry senhor este tratado e parece me que ha nele muytas razões bem ditadas d amizade mas non me parecem tais nem tantas que mais e melhores non vyse obrar a vosa senhoria e bem creio que se desto qujserdes fazer lyvro per aquelo que a vosa merçe pratica e praticou o podereis escrever de muytos e maravyllhosos notados (...)

Senhor este livro que vos envya o prior de Sam Jorge reprende tanto a louvamynha que se eu non entendesse que aquele nome significa louvor mentideyro ou louvor verdadeyro com tenção maliçiosa eu non fora ousado tal Carta escrever (...)⁷

Nota-se que o infante D. Pedro fez o papel de intermediário entre o prior de São Jorge e o rei D. Duarte. Antes de confirmar o envio da obra de Cícero para o rei, seu irmão leu o livro e confirmou que seu conteúdo era de louvor verdadeiro e não irônico, pois a amizade entre os irmãos era importante e significativa demais para que fosse perturbada por uma obra.

Além do frei João de Verba e o prior do Mosteiro de São Jorge, outros personagens trabalharam para D. Pedro. Outro exemplo é o de Vasco Fernandes de Lucena que realizou diversas traduções de textos latinos para o infante, como o caso da obra *De senectude*, de Cícero e a carta de Plínio.

Estas traduções realizadas pelo infante D. Pedro ou por ele solicitadas foram de grande influência na vida de D. Duarte. O próprio monarca também deu muita atenção à prática da tradução, dando destaque para ela em seu *Leal Conselheiro*, como veremos.

Sem contar com o rei D. Duarte, o infante D. Pedro foi, sem dúvida, o principal personagem da Ínclita Geração no que diz respeito à cultura e a propagação de obras em língua vulgar. Os demais infantes também eram pessoas cultas, mas não produziram obras, nem as traduziram pessoalmente. Os últimos exemplos relevantes referentes a esses personagens são os do infante santo, D. Fernando e da infanta D. Isabel, futura duquesa de Borgonha.

O caso singular de D. Fernando deve-se mais ao fato de o testamento dele ter chegado até a contemporaneidade do que pela importância desse personagem nas letras portuguesas. Dentre os cinquenta exemplares de sua biblioteca que ficou em Portugal no momento de sua viagem à África, encontramos alguns livros em língua vulgar:

(...) Item hu livro de pregaçoens de Fr. Vicente per lingoagem (...) Item os Soliloquios de Santo Agostinho, e suas meditaçoens, em lingoagem. Item outro livro q chamaõ Izaak em lingoagem (...) (...) Item hum livro da Vida de S. Jeronimo em lingoagem. Item outro livro da Vida dos Santos em lingoagem (...)⁸

Apesar dos poucos exemplares, a apresentação das obras em linguagem aponta duas tendências importantes. A primeira delas é que houve um aumento da solicitação de tradução de obras para “linguagem”, algo que é difícil identificar no período por

ausência de documentação com o pedido ou pelo fato da obra traduzida não ter chegado até nós. A segunda é que essas obras traduzidas provavelmente circulavam mais entre os meios letrados não latinizados (dos indivíduos que desconheciam ou sabiam muito pouco do latim).

Já o caso de D. Isabel é mais explícito em relação ao seu interesse pelas traduções. Para Jacques Paviot (1989), D. Isabel provavelmente influenciou a cultura da corte borgonhesa, tendo em vista que sua chegada culminou com o aumento no número de traduções. Isto aconteceu, principalmente, com as obras de devoção, que eram seu principal interesse. Foi o caso, por exemplo, da obra de São Bernardo, a *Epistola de gubernatione rei familiares*, presenteada a D. Duarte e traduzida por Jean Miélot, personagem que trabalhava na corte de D. Isabel. Paviot (1989) aponta, ainda, que é possível que a tradução para português da obra de Christine de Pisan - *Livre des trois vertus* ou *Trésor de la cité des dames* - que pertenceu à sua sobrinha, a rainha D. Isabel, também tenha sido realizada a pedido da duquesa.

Como exposto acima, fica clara a importância dada às traduções no início da Dinastia Avisina. Mas, mesmo com todo esforço propagado pelo rei e pelos infantes, é possível afirmar que ninguém se preocupou tanto com as traduções como o segundo rei, D. Duarte.

D. Duarte, a língua vulgar, seus livros e sua biblioteca.

D. Duarte deixou um importante legado para a cultura portuguesa. Sua biblioteca abrigava oitenta e seis títulos entre livros em latim e livros em linguagem, como eram chamados aqueles em língua vernácula, encontrados, em sua maioria, em português ou castelhano. Algumas dessas obras foram heranças de seu pai - D. João, o mestre de Avis - mas a maior parte delas foi adquirida pelo monarca através de compras, pedidos de traduções, presentes e algumas foram atribuídas ao próprio rei, tornando-o conhecido como o rei filósofo.

Uma das maneiras de legitimar o poder de sua dinastia foi escrever livros cujo objetivo era criar um novo *habitus* nobiliárquico (BOURDIEU, 1990). Esses verdadeiros *espelhos de príncipe* (BUESCU, 1997) serviam como exemplo (LAUAND, 1998) de comportamento para a nobreza, mas, principalmente, para o monarca que deveria exercer um *bom governo*. Eram uma espécie de manual de comportamento que o príncipe deveria seguir, desde como se comportar cotidianamente, até como ele

deveria governar o seu povo. Nos *espelhos de príncipe* era comum a indicação de leituras para os nobres, especialmente para o suserano. Mas para que essas leituras fossem realizadas, era necessário que o rei oferecesse o acesso a essas obras, quer fosse através de sua leitura em voz alta no Paço, quer fosse através da constituição de uma biblioteca com os exemplares indicados. Além disso, o reinado dos dois primeiros reis avisinios representou um momento de difusão daquelas cópias para universidades, bibliotecas, *scriptoria* e para coleções particulares, muitas vezes promovidas por nobres que passaram a se interessar muito mais pela cultura escrita.

Segundo Ana Isabel Buescu (2006) esta nova cultura, modificadora das bases da nova dinastia, dava especial importância aos livros. Os príncipes adquiriram exemplares, mandaram traduzir para língua vernácula e, como já exposto, tinham suas próprias obras⁹. Foi em meio a este panorama que surgiram algumas das mais importantes livrarias régias da Europa, nelas incluída a de D. Duarte, o segundo rei da nova dinastia.

O inventário da livraria de D. Duarte nos mostra as orientações culturais da nova dinastia que ascendeu ao poder. Aquele foi o momento em que a aristocracia portuguesa começou a se preocupar, para além das armas, com as letras. Verificando as obras presentes, é possível perceber uma mudança significativa no contexto letrado, de uma cultura basicamente clerical para uma cultura com base na corte. O papel dessa corte na produção de modelos culturais é essencial para compreender como houve uma mudança de paradigmas de uma erudição apenas centrada nos meios monásticos para uma formação um pouco mais laicizada.

A obra mais importante de D. Duarte é o *Leal Conselheiro*, um livro com vastos conteúdos, mas aqui cabe apresentar apenas o uso da língua vulgar.

Sobre a obra, para demonstrar que o livro não fora feito por outra pessoa que não o rei, ele escreve: *porque de minha mão foi tudo primeiro escrito, tirando as coisas de fora que foram trasladadas*¹⁰. Das coisas de fora, entendemos as traduções feitas no interior do texto, recurso amplamente utilizado no documento analisado. Em diversos capítulos, o rei cita os filósofos e religiosos mais lidos do período. O rei ordena a tradução de partes das obras daqueles pensadores e compila integralmente algumas delas que ele acredita serem importantes. Como aqueles homens já haviam escrito a respeito do tema que o rei gostaria de tratar, ele os copia e salienta que não precisaria dissertar sobre o assunto: “Fiz trasladar em alguns certos capítulos doutros livros por

me parecer que faziam declaração e ajuda no que escrevia. E no começo deles, se demonstra de onde cada um é tirado¹¹”.

É interessante observar a preocupação em citar a autoria dos textos originais transcritos pelo monarca em *O Leal Conselheiro*. D. Duarte não manda copiar para se tornar autor daquelas obras, ele diz de quem ele retirou os trechos citados, como uma nota. Existe um motivo importante pelo qual ele agia dessa forma. Nomeando cada escritor, ele é considerado um homem mais sábio, por ter citado os mais importantes pensadores lidos do período.

Ca sobrello mais screvo por que sinto e veio, na maneira de nosso viver quem per studo de livros, vem ensino de leterados, podesse dizer de lealdade, ca per defeito conhecimento de nosso poder, saber, querer, memoria, entender, vontade, segujndo, e possuujndo virtudes, e dos pecados, e outros falicimentos (...) ¹²

Além das traduções inseridas no *Leal Conselheiro*, o rei também instrui os letrados a fazer uma tradução¹³. Segundo ele: "Por que muytos que som leterados, nom sabem trelladar bem delatym em lynguagem penssey escrever estes avysamentos pera ellos necessarios"¹⁴. O monarca dedica um capítulo inteiro a dar sugestões de como transformar uma obra de outra língua para o português, a "nossa lynguagem"¹⁵. Dentre as dicas estão conhecer bem a sentença e não modificá-la reduzindo ou aumentando a mesma; não utilizar palavras "latinadas" nem de outra língua, ou seja, todos os vocábulos deveriam ser traduzidos o mais próximo possível do português; utilizar palavras correspondentes à língua traduzida, não as modificando por outras; não colocar palavras consideradas "desonestas" segundo o hábito português e respeitar a ordem das frases do original tal como fez D. Duarte ao traduzir a oração do justo juiz Jesus Cristo - do latim para o português, no mesmo capítulo XCXI¹⁶.

(...) do livro dos stabellicjmentos de sam johã casiano por exemplo esta parte de huum capitollo ajuso scripto ao pee da letera que chamam os leterados acôtexto, oqual aalguuns nom muyto praz, por seer scripto, na maneira latinada. E queriam quem se tirasse assentença posta em mais geeral maneira defallar, Eoutros dizem que bem lhes parece, porem quando mandardes tornar alguã leitura de latim em nossa lynguagem, amaneira que mais vos prouver, mandaae que tenha aquel quem dello tener carrego¹⁷.

Como é possível observar, a obra de João Cassiano não foi bem recebida por alguns letrados por não ter cumprido com as normas para tradução expostas no livro. A tradução havia sido feita de forma "latinada", ou seja, continha muitos vocábulos em latim, o que dificultou a leitura daqueles nobres que desconheciam a língua oficial da Igreja. Para que a tradução tivesse um alcance muito maior, era preciso que todas - ou quase todas - as palavras fossem de origem portuguesa.

Além de ensinar aos nobres a melhor forma de traduzir um texto segundo seu entendimento, D. Duarte demonstra sua erudição sobre a língua de seu reino dissertando sobre um vocábulo amplamente utilizado em português e que não se encontra em nenhum outro idioma. O rei afirma que o tema da "saudade" não existe em outros livros além do dele e, por esta razão, lembra aos seus leitores que não adianta procurarem essas informações em outros locais. Carolina Michaelis de Vasconcellos (1922) já havia salientado que a palavra apareceu pela primeira vez nas trovas portuguesas. Contudo, Massaud Moisés (1968) destaca que foi D. Duarte o primeiro a se debruçar na análise da mesma. Trata-se, portanto, de uma inovação do rei filósofo, do qual ele se orgulha: "Eporem me parece este nome dessuydade tam proprio que olatym nem outra linguagem que eu saibha nom he pera tal sentido semelhante"¹⁸. Além do incentivo às traduções, o rei foi capaz de desenvolver uma análise sobre um vocábulo típico da cultura portuguesa, demonstrando sua admiração e respeito pela língua falada por seu povo.

Há também, como já salientado, transcrições de textos que D. Duarte considerou de extrema importância que os nobres tivessem conhecimento. Um dos casos mais emblemáticos é o de São Thomas de Aquino, um dos principais filósofos cristãos da Idade Média:

(...) vos mandey screver huum capitollo do livro que fez sam thomas de equino sobre amaneira do confessar, que aestre proposito bem declara omal, que da converssaçom antre pessoas virtuosas se recrece, por se conhecerem, quãto mais de fara, nos que taaes nom som, sea ouuverem fora de boa maneira specialmente em lugar quem non seia de preça, ou se for muy contynuada¹⁹

Trata-se de mais uma obra que D. Duarte mandou parcialmente transcrever em seu tratado. Citar este filósofo significava deter um grande conhecimento sobre a produção religiosa do período, além do conhecimento indireto que Aquino proporcionava, como a leitura de Aristóteles. Outras obras citadas em sequência pelo rei

são apresentadas ao leitor de maneira aparentemente confusa para o leitor contemporâneo, mas com uma lógica e um objetivo muito próprios para o seu período. Para que seus leitores tivessem acesso a grandes autores, muitos deles ainda não traduzidos, D. Duarte optou por utilizá-los em sua obra. Sendo assim, quem tivesse acesso à mesma, teria contato indireto com outras produções.

(...) he muy compyrdamente trautado em o livro do regymento dos pryncipes que compos frey gil derroma E no memorial das virtudes, que das heticas daristotilles me ordenou oadayam de sanctiago Eno pumas das virtudes que fez meestre andre de paz, menystro dos frades meores em cezillia Eem vallerio maximo, E tullio de oficijs Eno livro das collaçoes de san joham casiano, e seus stabellicymentos, os quaaes ajnda que traudem segundo axpaã religiom todo porem fillosofalmente he fundado sobre as virtudes e seus contrairos E assy em outros livros que eu tenho em latim, e delles em tal linguagem que bem sabees leer, e entender, porem sobejo me parece screver dellas grande leitura, mas por algua cousa dellas e de nossos fallicimentos sentirdes, vos screvo esta mynha consijraçom com parte do que se contem nos dictos livros, nom levando todo per ordenança, mas mesturando parte do que me sobresto parece per consijraçom damaneira denosso vyver com alguãs partes daquelles livros, e dalguuns outros dictos aprovados que ameu proposito me lembrarom²⁰

Neste trecho podemos averiguar uma quantidade imensa de citações num curto espaço. Elas serviam, também, como demonstração de erudição. Destaque especial para a afirmação de D. Duarte ao dizer que existem outros livros não mencionados que "ele tem em latim e delles em tal linguagem que bem sabees leer". A sentença leva ao entendimento que existiam outras obras não utilizadas no *Leal Conselheiro*, que o monarca tinha acesso e que disponibilizaria para aqueles nobres que quisessem lê-las. Adepto das traduções, D. Duarte sabia que, através delas, era possível alcançar um número maior de pessoas.

Para os nobres terem acesso a algumas obras traduzidas a pedido de D. Duarte, além de outros exemplares importantes do período, era necessário ter um espaço de guarda dos mesmos. E ele existiu. D. Duarte possuiu uma biblioteca considerável para sua época. Ela ocupava um espaço destinado à leitura em seu palácio e estava aberta aos membros de sua corte.

D. Duarte foi o primeiro rei que deixou registrada uma lista de seus livros. Ainda que as obras lidas por este monarca sejam de número muito superior ao de sua biblioteca, a preocupação com a guarda e com a propagação da cultura letrada e a produção de obras em linguagem fez dele digno da alcunha de "rei filósofo".

A listagem de sua livraria encontra-se no “Livro dos Conselhos”, documento 54, com o nome de ““Estes são os livros que tinha el rey dom duarte” e datado de 1433-1438 (período de seu reinado). Há, também, uma cópia desse documento nas provas da história genealógica da casa real portuguesa, sob o nome "Collecção de algumas obras del Rey D. Duarte, e no fim o Catálogo das que escreveo", p. 529, do livro III.

No total são 87 volumes entre livros em latim e livros em linguagem, sendo que a linguagem podia ser o português, o castelhano ou o aragonês. Sobre as obras das quais temos certeza que estavam em português²¹, temos:

1. **Marco Polo em linguagem.** Em um único exemplar estão as versões em latim e em linguagem (provavelmente em português) das *Viagens* de Marco Polo. Para Ana Isabel Buescu (2007), é provável que a obra tenha sido um presente do infante D. Pedro ao retornar de suas viagens e oferecido pela República de Veneza. A autora cita Teófilo Braga como sua principal fonte a respeito deste assunto. A obra seria impressa posteriormente por Valentim Fernandes (importante tipógrafo dos primórdios da imprensa no reino), comprovando a permanência de sua importância e popularidade.

2. **Collações de João Cassiano, que escreveu João Rodrigues.** Obra de João Cassiano da qual o rei pediu que João Rodrigues transcrevesse e traduzisse. É importante ressaltar que o vocábulo “transcrever” podia significar apenas copiar o material (em sua língua original) ou traduzi-lo. Neste caso, sabemos que foi traduzido pela informação dada no *Leal Conselheiro*. Contudo, quando não há documentação passível de comparação, também não há como confirmar se uma determinada obra foi traduzida ou apenas copiada.

3. **Bíblia.** D. Duarte tinha mais de uma bíblia em sua livraria. Como ele utilizou diversos trechos desta obra em suas produções, é provável que ele tenha mandado traduzir o livro sagrado dos cristãos na íntegra.

4. **Titulos dos livros de Linguagem do claro rey dom duarte** - Não se trata propriamente de uma obra, mas sim de uma lista contendo os títulos dos livros que o rei D. Duarte mandou que se traduzissem para linguagem. Interessante notar que D. Duarte possuía uma lista das obras que ele havia mandado traduzir. Uma pena que este documento não tenha sobrevivido ao tempo.

5. **Crônica de Portugal** - Há duas hipóteses pertinentes. A primeira é que se trata da *Crônica Geral de Hespanha de 1344*, feita por D. Pedro, Conde de Barcelos (filho de D. Dinis). A hipótese se reforça por ter sido esta a primeira crônica feita por um português onde a história do reino aparece de forma não periférica. Daí o nome de Portugal, uma

referência mais ao seu autor do que ao seu conteúdo de forma genérica. Contudo, se a *Crônica de 1419*, feita por Fernão Lopes ficou pronta a tempo da constituição da livraria eduardina, é mais provável que seja este o livro citado em seu acervo.

6. Livro de montaria, que copilou o vitorioso Rey Dom João ao qual Deus dê eterna glória - A obra do rei D. João I não poderia ser esquecida na livraria de seu filho. Não somente pelo grau de parentesco, mas por tratar-se de matéria inédita e por ter sido utilizada por D. Duarte em suas obras, notadamente na *Ensinança de Bem Cavalgar toda a cela*.

7. O livro das trovas delRey Dom Dinis - D. Dinis, a exemplo de D. Afonso X teria produzido um livro de trovas, existente na biblioteca eduardina. Após a morte de D. Duarte, a obra ficou perdida por muito tempo e só foi reencontrada no reinado de D. João III, na biblioteca do Vaticano. Ela faz parte do conjunto de trovas medievais portuguesas.

8. Livro das Meditações de Santo Agostinho, que trasladou o moço da Câmara. - Aqui aparece apenas o *Livro das meditações* que foi traduzido por um moço da Câmara. D. Duarte promoveu uma escola em sua corte. Em sua obra *O Leal Conselheiro*, ele apontou a importância dos nobres aprenderem latim e ensinou a realizar uma tradução. O moço da Câmara, provavelmente, aproveitou os ensinamentos de D. Duarte e pôs em prática a tradução a seu pedido.

9. Cadernos das cidades e villas de Portugal - Também não é uma obra e sim um caderno de anotações com o cadastro das vilas e cidades portuguesas. Era importante que o rei conhecesse e soubesse informações sobre elas.

10. Livro da virtuosa bemfeitoria - Obra do infante D. Pedro, onde ele faz a tradução de diversos autores, mas, sobretudo, do *De Beneficiis*, de Sêneca.

11. Livro das Ordenações dos Reys - O primeiro livro das Ordenações conhecido hoje é o das Ordenações Afonsinas, promovidas pelo rei Afonso V, filho de D. Duarte. Portanto, esta obra pode ser ou as chancelarias de D. Duarte ou algum livro de ordenações incompleto ou mesmo desconhecido. O ainda infante D. Duarte designou o doutor em leis, Rui Fernandes, para organizar o livro das ordenações do reino, um projeto que viria de João das Regras. O trabalho só é finalizado em 1446, o que nos leva a crer que, ou esta não era a obra mencionada ou era apenas parte da mesma. Nesta época, o infante D. Pedro era regente do reino e ele mandou uma comissão formada por Lopo Vasques, Luis Martins e Fernão Rodrigues para revisar o texto. Mais tarde, estas

ordenações junto com o *Livro das leis e das posturas* influenciaram a formação das Ordenações Afonsinas.

12. **Marco Tulio, o qual tirou em linguagem o Infante D. Pedro** - O grande destaque desta obra é a autoria de sua tradução que é do infante D. Pedro. Trata-se da obra *De Officiis*, de Cícero.

13. **Capítulos, que ElRey D. Duarte fez quando em boa hora foi Rei** - É o conjunto de atas e artigos das cortes onde D. Duarte foi aclamado rei após a morte de seu pai, D. João I.

14. **O livro de Aníbal por português** - Obra que conta a história do personagem Aníbal Barca que foi marcado na sua infância pela derrota de seu pai, o general cartaginês Amílcar contra o Império Romano e que, por isso, resolveu se vingar quando adulto. Aníbal encabeça uma das campanhas militares mais impressionantes contra Roma e chega a conquistar parte da Península Ibérica. Trata-se de um livro com muitas estratégias militares, mas de autoria não reconhecida.

15. **Livro de Cavalgar, que ElRey Dom Duarte copilou** - A obra de D. Duarte, o *Livro da Enssynança de bem cavalgar toda a sela* não podia estar de fora de sua própria biblioteca.

16. **Regimento dos Principes** - Trata-se de uma obra citada desde a época de D. João I. D. Duarte aponta - no *Leal Conselheiro* - que ela foi escrita por Gil de Roma (Gilles de Roma). O original seria *Gouvernement des Princes*, e teria sido escrito para Filipe, o belo. Gil de Roma foi bispo de Bruges, sendo o primeiro monge agostiniano que se doutorou em Paris. Ele também faz questão de mencionar a riqueza do exemplar que continha ouro e coberturas vermelhas, provavelmente de veludo, como era costume na época (BRIGGES, 1999).

17. **Os Cadernos de Confissão, que escreveu João Calado** - Este item possui poucas informações para que possamos identificá-lo, tendo em vista o grande número de obras medievais relacionadas à confissão. O escritor da obra foi João Calado, mas não o autor. Teófilo Braga (2005) levanta a hipótese que esta obra seja ou a *Confessio Amantis* - de John Gower, o que seria uma hipótese plausível, tendo em vista que a mãe do rei, D. Filipa de Lencastre, era grande admiradora deste autor, apesar de mais para frente, na lista, existir o mesmo exemplar - ou as *Oras da Confissão* - obra composta pelo Infante D. Pedro e mencionada no *Leal Conselheiro*.

18. **O livro dos Evangelhos**. Este e os dois exemplares abaixo foram traduzidos a pedido de D. João I. Provavelmente, D. Duarte herdou essas obras de seu pai.

19. **Actos dos Apostolos.**

20. **Genesy.**

21. **Livro dos Martires** - Há uma obra bastante difundida no final da Idade Média que os autores que estudam a livraria de D. Duarte dão pouca importância. Trata-se da *Lenda dos Mártires do Marrocos*. Existiam dois exemplares da mesma no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. De autoria desconhecida, seu conteúdo disserta sobre os frades menores da ordem de São Francisco que morreram tentando converter o povo e o califa do Marrocos. O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra iniciou um culto a esses mártires em 1220 e é neste local onde os corpos desses freis foram depositados e onde os religiosos se responsabilizaram pela canonização dos mesmos junto ao papa. Trata-se de um culto próprio do reino português.

22. **Livro dos Padres Santos em papel de marca mayor, que foy de João Pereira.** Livro idêntico às Collações, mas desta vez tendo pertencido a João Pereira.

É importante salientar que essa listagem acima é uma prospecção que pretendeu comparar as informações dadas na listagem com outros documentos como as obras do próprio D. Duarte e as listas das livrarias dos mosteiros, locais que o rei soube aproveitar para alcançar as obras que ele necessitava. Sendo assim, é possível que houvesse mais obras em linguagem do que as expostas. Sabe-se, como já apontado, que outros exemplares que pertenciam a D. Duarte, mas não constam na lista de sua biblioteca foram feitos em língua vulgar. O fato do nome de uma obra da lista estar em português também não é um indício concreto de que seu conteúdo está igualmente em língua vulgar.

Sobre as obras em linguagem, segundo Ana Isabel Buescu (2007) existem vários núcleos que podem ser destacados. O primeiro deles é a tradução de textos religiosos, sendo o principal deles a *Bíblia*, ainda que não saibamos se integralmente. Outras partes foram separadas da mesma e tinham a tradução integral como é o caso do *livro dos evangelhos*, dos *atos dos apóstolos* e do *Genesis*. Existiam ainda exemplares do *livro dos mártires*, do *livro dos padres santos em papel de marca maior que foi de João Pereira*, *As confissões* e um livro de meditações de Santo Agostinho.

O segundo núcleo diz respeito às crônicas e as obras de historiografia. O caso das obras de historiografia é bastante singular. D. Duarte criou o cargo de cronista-mor do reino e o deu a Fernão Lopes antes ocupante, apenas, do cargo de Guardador-mor da Torre do Tombo no período do reinado de D. João I. Com este ato, tornava-se oficial a

preocupação do monarca em deixar registrado um passado glorioso e que serviria de exemplo aos próximos reinos e aos demais nobres. Este tipo de produção, como já salientado, tinha uma forte intenção ideológica. Era preciso legitimar a nova dinastia e o *bom governo* que ela exercia. A lógica do *bom governo* e do rei como símbolo de justiça e de temperança podia, assim, ser compartilhada com todos os súditos.

A livraria de D. Duarte é um exemplo da erudição de seu dono, mas também contém elementos que nos remetem a cultura letrada de seu pai, D. João, e de um de seus irmãos (talvez o mais próximo), o infante D. Pedro. Como se procurou demonstrar, algumas das obras pertencentes àquela biblioteca estavam na família real desde o período de D. João comprovadas através de traduções e obras escritas pelo mestre de Avis que fizeram parte daquele inventário. Além disso, a preocupação de D. João em arquivar seus documentos, como o caso da contratação de Fernão Lopes como Guardamora da Torre do Tombo e o incentivo dado aos seus filhos para que fossem eruditos reafirmam a importância do primeiro monarca no projeto de desenvolver a cultura letrada da nova corte portuguesa. Neste sentido, como aponta Cristina de Amorim Machado e Marcia Martins ([s/d]) há um pioneirismo português (mesmo em relação a outras localidades da Europa), no que diz respeito às traduções demonstrando que nesse caso, D. Duarte tem um papel central.

Seus filhos seguiram bem o exemplo do pai. D. Duarte, rei apenas por cinco anos, deixou um importante legado às gerações futuras. Legado este que teve uma relevante contribuição de seu irmão, o infante D. Pedro. Este infante foi um dos homens mais cultos de seu tempo. Bastante viajado, trazia consigo obras importantes para o desenvolvimento do humanismo em Portugal. Após a morte do rei, D. Pedro auxiliou D. Afonso V, seu sobrinho, e o encaminha para o mundo das letras. Todavia, D. Duarte e seu legado o deixariam conhecido como sendo o príncipe que possibilitou o desenvolvimento das letras no reino português e sua biblioteca tornou-se um exemplo de desenvolvimento da cultura letrada de um monarca.

Conclusão

Como foi possível observar, a língua portuguesa escrita aparece com o nascimento do reino português. Foi com D. Afonso Henriques e para louvar seus feitos que a língua vulgar ganhou um novo patamar, o de identidade com o rei.

Todavia, ainda que tenham ocorrido esforços para propagar a língua vulgar ainda durante a primeira dinastia de Borgonha – produção de livros, criação da universidade portuguesa, aparecimento da documentação governativa em galego-português – apenas com a Dinastia de Avis o latim é relativizado e a linguagem passa a ser vista com importância tal que mudaria o *status* da nova nobreza que ascendeu ao poder.

Os esforços começam com D. João I, com a criação da Torre do Tombo, com a contratação de Fernão Lopes, com a educação esmerada de seus filhos e com o incentivo às traduções. Mas, mesmo com tudo isto, foi D. Duarte que conseguiu mudar o paradigma da língua portuguesa escrita.

D. Duarte escreve livros, sendo que num deles, ensina os nobres a melhor forma de realizar uma tradução. Além disso, faz um estudo da própria língua materna, quando estuda o vocábulo “saudade”, tão próprio de uma língua poética como o português. Vocábulo este que representa o reino de tal forma que seus poetas mais importantes da época e posteriores o usaram com frequência.

Sendo assim, na Dinastia de Avis, a escrita em língua vulgar significou muito mais do que a superação do latim. Significou a identidade do reino e a ligação dos vassallos ao seu rei e à nova dinastia. Significou uma mudança de *habitus* dos nobres, um objetivo para o novo reino que os monarcas queriam propagar. E conseguiram.

Conseguiram através das leituras de livros em português, de documentos, de incentivo a traduções e de obras de cunho historiográfico. No imaginário do povo português era muito mais fácil compreender sua nova condição independente, soberana e visualizar seu rei como governante do *bom governo* quando a língua escrita era a mesma que a falada.

Referências:

- ALMEIDA, Manuel Lopes de (Ed.). *Obras dos príncipes de Avis*. Porto: Lello & Irmãos, 1981.
- ANDRÉS, María Soledad de e CATALÁN, Diego. *Edición Crítica del Texto Español de la Crónica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos D. Pedro Alfonso*. Madrid: Gredos, 1970.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BRAGA, Teófilo. *História da Literatura portuguesa - Renascença (Volume II)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005, 3ª edição.

- BRIGGES, Charles F. *Gilles of Rome's - De Regimine Principum: Reading and Writing Politics at Court and University, c.1275-c. 1525*. Cambridge: United Kingdom at the University Press, 1999.
- BUESCU, Ana Isabel. Um discurso sobre o Príncipe: a pedagogia especular em Portugal no século XVI, *Revista Penélope*, Lisboa, Revista de História e Ciências Sociais, n. 17, pp. 33-50, 1997.
- _____. Livros e livrarias de reis e de príncipes entre os séculos XV e XVI. Algumas notas, *eHumanista*, volume 8, pp. 143-170, 2007.
- COELHO, Maria Helena. *D. João I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008.
- D. DUARTE. *Leal Conselheiro*, 1843.
- FERREIRA, Maria do Rosário. D. Pedro de Barcelos e a representação do passado ibérico. *Cadernos de Literatura Medieval – CLP – O Contexto Hispânico da Historiografia Portuguesa nos Séculos XIII e XIV*. Coord. Maria do Rosário Ferreira. Coimbra-PT: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- FERRO, Carolina Chaves. *As livrarias régias de D. Duarte e de D. Manuel I – Um estudo comparativo: construções de coleções e práticas de leitura em Portugal entre 1433 e 1521*, 2015, Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2015.
- GOMES, Saul Antonio. As políticas culturais de tradução na corte portuguesa no século XV, *Cahiers d'études hispaniques médiévales*, n. 33, pp. 173-181, 2010.
- MARTINS, Ana Maria. O primeiro século do português escrito. In: *Na Nosa Lyngoage Galega*. A Emergência do Galego como Língua Escrita na Idade Média, ed. Ana Boullón Agrelo. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega & Instituto da Língua Galega., 2007, pp. 161-184.
- MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa através dos textos*. São Paulo: Cultrix, 1968.
- MONTEIRO, João Gouveia. *Fernão Lopes*. Texto e Contexto. Coimbra-PT: Editora Minerva, [s/d].
- PIEL, Joseph. *Livro dos ofícios de Marco Tullio Ciceram, o qual tornou em linguagem o Ifante D. Pedro, duque de Coimbra*. Edição crítica, segundo o manuscrito de Madrid. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1948.
- PIZARRO, José Augusto. *D. Dinis*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.
- SARAIVA, Antonio José e LOPES, Oscar. *História da Literatura Portuguesa*. Porto-PT: Editora da Universidade do Porto, 1985.
- SILVA, Manuela Santos. *D. Filipa de Lencastre: a rainha inglesa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2014.
- VASCONCELLOS, Carolina Michaelis. *A Saudade Portuguesa*. Porto/Lisboa/Rio de Janeiro: Renascença Portuguesa/Seara Nova/Anuário do Brasil, 1922.

Notas:

¹ Para mais informações sobre a produção de D. Afonso X, ver: Lenora Pinto Mendes. "Trovas sagradas de um rei musical", In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Ediouro, n. 102, março de 2014. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/leituras/trovas-sagradas-de-um-rei-musical>

² Para acesso à obra e mais informações sobre a mesma, ver: <http://www.apfalcoaria.org/a-falcoaria/patrim%C3%B3nio/patrim%C3%B3nio-em-portugal/item/178-livro-de-falcoaria-de-pero-menino>

³ Na segunda parte da minha tese, há os exemplares da biblioteca de ambos os mosteiros e um breve estudo sobre o ápice da produção de manuscritos nas duas instituições. É possível verificar que a produção nos séculos da dinastia Borgonhesa era muito maior que na época da dinastia de Avis. Para mais informações ver: Carolina Chaves Ferro. *As livrarias régias de D. Duarte e de D. Manuel I – Um*

estudo comparativo: construções de coleções e práticas de leitura em Portugal entre 1433 e 1521.
Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, 2015.

⁴ Datas aproximadas.

⁵ Segundo Manuela Silva (2014) a influência da tradução da bíblia para língua vulgar pode ter vindo da rainha D. Filipa de Lencastre, pois esta era uma prática já comum na Inglaterra de seu tempo, como no caso da tradução de John Wycliff sob patrocínio do rei inglês.

⁶ D. Pedro. *Livro dos Ofícios*, In: __ Manuel Lopes de Almeida (Ed.). *Obras dos príncipes de Avis*. Porto: Lello & Irmãos, 1981, p. 769.

⁷ Livro dos Conselhos, Doc. 14, Carta do infante D. Pedro (7/1/1434).

⁸ ANTT, Testamentos dos Reis, Gaveta 16, n. 38, ant. 1437.

⁹ Para ver um estudo recente sobre as obras dos príncipes de Avis, consulte: Michele Tatiane Souza e Silva. *Práticas de leitura e ensinamentos morais na corte de Avis*, Franca-SP, Dissertação apresentada à UNESP, 2009.

¹⁰ D. Duarte. *Leal Conselheiro*, 1843, p. 2.

¹¹ *Leal Conselheiro*, 1843, p. 5-6.

¹² *Leal Conselheiro*, 1843, p. 3.

¹³ Estes ensinamentos também se encontram no *Livro dos conselhos*.

¹⁴ *Leal Conselheiro*, 1843, p. 317.

¹⁵ *Leal Conselheiro*, 1843, p. 317.

¹⁶ *Leal Conselheiro*, 1843, p. 318.

¹⁷ *Leal Conselheiro*, 1843, p. 320.

¹⁸ *Leal Conselheiro*, 1843, p. 82.

¹⁹ *Leal Conselheiro*, 1843, p. 160-161.

²⁰ *Leal Conselheiro*, 1843, p. 175-176.

²¹ A nomeação das obras da livreria de D. Duarte não segue a cópia idêntica de sua listagem. Optou-se aqui por explicar qual era o livro com o objetivo de tornar inteligível um documento medieval igualmente para o público não especializado.

Artigo recebido em 15/01/2016. Aprovado em 16/02/2016.